

# O ceticismo da memória: considerações sobre narrativas de dois veteranos da Força Expedicionária Brasileira

Francisco César Alves Ferraz<sup>1</sup>  
Aline Vanessa Locastre<sup>2</sup>

## Resumo:

O objetivo deste artigo é fazer uma análise das narrativas de guerra de dois ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), cujas observações e memórias sobre a participação do país, na Campanha da Itália, foram publicadas. Diferentemente da maioria dos relatos e memórias publicados no país desde o fim da Segunda Guerra Mundial, caracterizados por tons triunfais e laudatórios à FEB e, particularmente, ao Exército, as narrativas examinadas neste trabalho exibem uma postura cética e crítica sobre a forma pela qual os brasileiros foram encaminhados à guerra, sobre sua condução e sobre o processo de volta e retomada das atividades civis por parte da maioria dos expedicionários.

**Palavras-Chave:** Força Expedicionária Brasileira; memórias de guerra; Segunda Guerra Mundial

## Abstract:

The aim of this article is to analyze the narratives of two veterans of Brazilian Expeditionary Force (BEF), whose impressions and memories about their participation on the Italy Campaign were published. The narratives examined in this work show a critical and skeptic feature about the way Brazilian soldiers were directed to the war, about its managing, homecomings and social reintegration to civilian activities by the great part of the ex-servicemen. These narratives differs significantly from the mainstream of the Brazilian war memories literature, featured by the glorification of the BEF and, above all, the Brazilian Army

**Keywords:** Brazilian Expeditionary Force; war memories; Second World War

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina. Doutor em História pela Universidade de São Paulo. Coordenador do Grupo de Pesquisa “Estudos Políticos e Militares” (UEL/CNPq); Coordenador do Projeto de Pesquisa “O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: memória e historiografia”. [fcf64@hotmail.com](mailto:fcf64@hotmail.com)

<sup>2</sup> Graduada em História Social na Universidade Estadual de Londrina (UEL)-PR. Foi Bolsista de Iniciação Científica-UEL/Fundação Araucária (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná), no Projeto de Pesquisa “O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: memória e historiografia” (2007-2008). [alinelocastre@hotmail.com](mailto:alinelocastre@hotmail.com)

O objetivo deste artigo é fazer uma análise das narrativas de guerra de dois ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), cujas observações e memórias sobre a participação do país, na Campanha da Itália, foram publicadas. Diferentemente da maioria dos relatos e memórias publicados no país desde o fim da Segunda Guerra Mundial, caracterizados por tons triunfais e laudatórios à FEB e, particularmente, ao Exército, as narrativas examinadas neste trabalho exibem uma postura cética e muito crítica sobre a forma pela qual os brasileiros foram encaminhados à guerra, sobre sua condução e sobre o processo de volta e retomada das atividades civis por parte da maioria dos expedicionários. Os autores escolhidos, o paranaense Leonécio Soares (sargento do 11º. Regimento de Infantaria da FEB) e o paulista Massaki Ujihara (oficial da reserva, médico na vida civil e tenente do 6º. Regimento de Infantaria da FEB), produziram algumas das páginas mais cétricas e realistas sobre a campanha brasileira na Itália. Os dois autores foram escolhidos também por suas obras conterem dois tipos de literatura de experiência de guerra: memórias pessoais (Soares) e diário de guerra publicado *post-mortem* (Ujihara). Além de fonte documental, essas duas obras constituem-se em importantes reflexões sobre os significados da guerra e da conjuntura brasileira no momento em que foram escritas.

### **Memórias como campos de batalhas**

Ao estudar as lutas travadas pela composição de memórias e identidades coletivas e nacionais, bem como o impacto que a participação em uma guerra de massas produziu na memória dos veteranos que nela lutaram, o historiador australiano Alistair Thomson definiu o espaço de constituição dessas recordações como um verdadeiro campo de batalha, onde se digladiam as diferentes memórias e sentidos sociais de identidades individuais e coletivas (THOMSON, 1995).

No caso do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial, particularmente o significado da participação dos combatentes da Força Expedicionária Brasileira, tais conflitos começaram antes mesmo das unidades expedicionárias serem convocadas. Desde a declaração de guerra contra o Eixo, o envio de uma força combatente para lutar contra as forças germânicas já possuía seus descrentes e

opositores, uns duvidando do sucesso das tropas brasileiras contra a então mais poderosa máquina de guerra do mundo, outros criticando o progressivo alinhamento diplomático com os Estados Unidos, e uma possível subordinação aos seus interesses estratégicos e econômicos.

À medida que a FEB era organizada e as dificuldades de recrutamento apareciam, as dúvidas quanto à sua capacidade de realmente combater foram se multiplicando. Os resultados da seleção médica e psicológica foram preocupantes, com grande parte dos convocados apresentando resultados aquém dos considerados necessários para a entrada em combate. Isso aumentou a desconfiança corrente entre vários setores da sociedade brasileira, especialmente das elites, impregnados com ideologias eugenistas e temerosos da derrota do esquálido e inculto “homem brasileiro” diante do “gigante alemão”.

Apesar de tais dificuldades, os primeiros milhares de expedicionários embarcaram para o *front* europeu. A imagem e significação da FEB para a população assumiu então um poderoso influxo identitário e patriótico. Os brasileiros estavam lá. Substituindo o pessimismo pela grandiloquência e pelas bravatas patrióticas, a imprensa brasileira celebrava a FEB como capítulo fundamental da construção da nação, capaz de olhar para si com confiança e para as outras potências com a dignidade dos iguais.

As notícias das ações dos brasileiros na Itália eram predominantemente positivas. Os avanços e as posições tomadas, com relativamente poucas baixas, eram ressaltados. Os reveses eram ocultados ou amenizados. Além da censura comum aos envolvidos em operações militares – que impedia, por exemplo, de se dar detalhes sobre posições de tropas, planos ou qualquer informação que pudesse ser usada pelo inimigo, ou notícias e/ou imagens que pudessem criar problemas na mobilização da nação para o esforço de guerra– os jornalistas brasileiros, diferentemente de seus colegas de outros países beligerantes (inclusive os aliados norte-americanos), não eram autorizados pelo comando da FEB a acompanhar as ações da linha de frente.

Quando a guerra se aproximava do fim e a vitória dos Aliados parecia ser uma questão de tempo, a imprensa brasileira tentou ser mais incisiva, aproveitando o potencial político que a existência da FEB representava para o fim do Estado Novo (1937-1945) e para a volta das liberdades democráticas. Gradativamente consolidava-se

outro tipo de investimento da significação da FEB: ela começava a representar também a necessidade de transformações políticas.

Dois setores logo perceberam as possibilidades e os perigos dessa identificação. Os oficiais da ativa e da reserva eram predominantemente anti-Vargas. Já a maioria dos praças (soldados, cabos, sargentos e suboficiais), extraída das classes trabalhadoras do campo e das cidades, embora fizesse oposição difusa ao Estado Novo, apoiava Vargas. O resultado foi o amortecimento do poder político e simbólico da FEB: a cúpula da hierarquia militar determinou a sua desmobilização, antes mesmo do desembarque no Rio de Janeiro, favorecendo Vargas (que não enfrentaria uma oposição aberta da oficialidade) e ao mesmo tempo afastando a soldadesca de envolvimento político, deixando às duas candidaturas militares à Presidência da República (general Eurico Dutra e brigadeiro Eduardo Gomes) o caminho livre para competirem livremente pelo apelo e herança simbólica da FEB. Deposto Vargas em outubro de 1945, e passada a experiência eleitoral, a FEB deixou de ser lembrada como símbolo de lutas antifascistas, pelo menos até 1964, quando emergiu como um dos componentes de legitimação ideológica dos líderes do golpe militar (FERRAZ, 2003; SMALLMAN, 1998).

É nesse período, intermediado entre as ações da Campanha da Itália (quando o diário de Massaki Ujihara é escrito) e a sedimentação da apropriação militar da memória febianiana, nos anos 80 (quando Soares publica seu livro), que serão estudados os significados e as estratégias das narrações desses dois autores. Esse período testemunhou um crescente desinteresse pelos relatos e memórias da participação brasileira na guerra. A maior parte das memórias pessoais de ex-combatentes civis tinha sido editada com recursos dos próprios autores, e seu alcance era predominantemente local. A alternativa de maior tiragem, divulgação e distribuição seria a Biblioteca do Exército Editora que, no entanto, publicou neste período quase exclusivamente obras escritas por oficiais superiores da ativa. A tendência destes era oferecer “histórias oficiais” da FEB, no mais das vezes escritas em termos militares, de pouco interesse para leigos, e caracterizada por conteúdo laudatório e autocomplacente.

Em contraste com a produção “oficial”, o livro de Leonécio Soares foi editado às custas do próprio autor, e seu tom ácido em relação a diversas mazelas da Campanha da Itália e ao Exército como instituição não passou despercebido da organização militar: há relatos de proscrição do livro na Legião Paranaense do Expedicionário, em Curitiba,

à qual o veterano Soares era afiliado. Ainda hoje é mais fácil encontrar um exemplar dessa obra em uma loja de livros usados (sebo) do que na biblioteca de instituições militares ou de alguma associação de ex-combatentes no país. Já a publicação dos diários de Massaki Udihara, ocorrida apenas em 2004, se deve ao esforço dos familiares do falecido combatente, embora Udihara tenha escrito capítulos sobre sua experiência em outros livros, como *Depoimentos de Oficiais da Reserva sobre a FEB (1949)*, outro título “proscrito” das bibliotecas anteriormente citadas.

Antes da análise destes dois livros, porém, serão efetuadas algumas observações sobre a metodologia de abordagem de obras dessa natureza, uma vez que envolvem experiências de grupos restritos, com modos próprios de construção, significação e divulgação das narrativas.

### **Literatura de Guerra e Interpretação**

Nos processos de negociação de diversas memórias dos eventos que compuseram um evento marcante e traumático, como a guerra, as suas narrativas, além de suas finalidades de expressão/reflexão e racionalização individuais, possuem a função de confirmar as memórias daqueles que lutaram, mas não escreveram sobre suas guerras. Confirmam e às vezes constroem, pois oferecem significados para a incoerência da guerra. Neste sentido, as narrativas pessoais criam um tipo de memória coletiva naqueles que compartilham a experiência de combate.

A constituição memorialística da experiência em comum é, como se pode depreender, realizada principalmente pelo grupo que fez efetivamente a guerra. Soldados e oficiais que ficaram na retaguarda, cujas experiências de combate e perigo real de vida foram pequenas ou inexistentes, assim como a população não-combatente e as gerações posteriores, podem produzir outros tipos de narrativas, mas não são especificamente narrativas de guerra. Desta, podem até compartilhar certos mitos em comum, expressões sedimentadas e já selecionadas das narrativas dos combatentes. Pertencem, no entanto, a outra categoria de expressão memorialística (HYNES, 1998: 30).

Eventos traumáticos como as guerras produzem, além de pressões posteriores para a recordação ou o esquecimento, vasto material narrativo, produzido pelos próprios combatentes, na forma de cartas, diários e memórias. As correspondências do *front* são as mais imediatas das narrativas pessoais. No entanto, devido aos procedimentos de censura e autocensura durante as guerras, seu valor deve ser relativizado. Além disso, sua acessibilidade ao pesquisador é problemática, pois é um documento de cunho predominantemente familiar.

Os diários produzidos no *front* são mais reflexivos, pois o autor escreve para si. Ao escrever sobre as missões e as rotinas, reflete frequentemente sobre os significados individuais e sociais de estar combatendo. Assim como as correspondências, porém, seu acesso é difícil, pois seu conteúdo costuma ser conhecido por estranhos à família depois do falecimento do autor, e a disponibilidade ao pesquisador depende de autorização de seus parentes. Sua própria constituição como documento de interesse para o historiador depende das famílias, pois se não houver a notificação de sua existência, jamais saberemos que, em uma determinada casa, em certa cidade, existe um diário escrito durante a guerra por um combatente. O mesmo se aplica à correspondência de guerra. Por fim, uma característica específica dos diários de guerra deve ser enfatizada: por mais que escreva para si e expresse seus mais íntimos pensamentos, o combatente tem a consciência de que pode estar morto no dia seguinte, e suas coisas serão recolhidas por outros soldados, estranhos ou não, para entrega, se possível, para a família. Essa consciência pode repercutir diretamente nos conteúdos dos escritos, pois, embora pessoal e “secreto”, ninguém teria certeza absoluta de que tais páginas pessoais estariam livres de serem folheadas por mãos estranhas.

O problema do acesso não é encontrado no grande grupo de narrativas conhecido por “memórias de guerra”. Compreendem os livros e relatos publicados por editoras ou pela imprensa – o que inclui as chamadas reportagens ou crônicas de guerra. São destinados à publicação ou, pelo menos, ao conhecimento de grupos de amigos e conhecidos. É a menos imediata e mais reflexiva das narrativas pessoais de guerra. Podem ser escritas e tornadas públicas depois do final do conflito e quanto maior o espaço de tempo entre a guerra e a publicação, maiores as tensões e acomodações existentes entre a memória individual e a construção de uma memória social do conflito (HYNES, 1999).

A primeira consideração a ser feita sobre este gênero de narrativas de guerra é que a todo momento, direta ou indiretamente, é sublinhada a autoridade do testemunho do autor. São narrativas escritas por pessoas não acostumadas a publicar seus escritos.

Embora essas narrativas visem geralmente aproximar o leitor da experiência singular da guerra, acabam involuntariamente por ressaltá-la como absolutamente estranha aos não-combatentes. É como se insistissem que somente quem esteve no *front* seria capaz de compreender, sendo inútil, portanto, qualquer esforço por entender a guerra sem ter estado nela.

Diferentemente da narrativa histórica, que tem delimitação clara de tempo e espaço, as narrativas de guerra, por estarem baseadas em pessoas com raio de percepção limitado aos acontecimentos que as envolvem diretamente, criam espacialidades e temporalidades próprias. Em geral, escalas reduzidas de tempo e espaço.

Também diferentemente da narrativa histórica, os narradores combatentes raramente se perguntam dos porquês das ações: não são racionalizações de atos coletivos, mas relatos de suas experiências, de suas sensações. Podem até aparecer questionamentos sobre as razões pelas quais superiores ordenaram tal ou qual ação, mas mesmo tais racionalizações estão limitadas às já citadas relações individualizadas de espaço-tempo.

Finalmente, algo detectado nas narrativas de guerra dos ex-combatentes brasileiros, e que de certa forma não difere daquelas produzidas e publicadas por veteranos de outros países, é que, embora a participação efetiva em uma guerra deixe memórias com algum grau de culpa – homens são enviados a guerras para matar outros homens – essas questões são pouco abordadas na literatura de guerra. Em outras palavras, é mais comum encontrar em livros e entrevistas histórias sobre momentos engraçados ou curiosos do *front* do que sobre horrores peculiares à guerra. No caso da FEB, relatos sobre as primeiras experiências com a neve aparecem com mais frequência do que os efeitos de tiros e explosões de granadas em corpos humanos, conhecidos ou não (THOMSON, 1994; MAXIMIANO, 2004).

Assim, a construção de memórias por parte dos veteranos de guerra está diretamente relacionada com relações individuais e sociais desses veteranos com a sociedade e dessa sociedade com os significados mais gerais do conflito. Não existe

narrativa “pura”. Ela é mediada pela relação das lembranças individuais e coletivas com a sociedade. Para Alistair Thomson (1995), ao narrar uma história, o indivíduo identifica a imagem que possui de si no passado, quem pensa que é no presente e quem gostaria de ser no futuro. Dessa maneira, todo tipo de História memorialística (e não apenas esta, mas toda a História) compreenderá em seu conteúdo fatos relatados segundo a intenção de seus reprodutores. Trata-se de uma composição, contendo acontecimentos repletos de impressões individuais, assim como omissões por interesses pessoais ou por traumas e medos de repressões que certas narrações podem causar a essas pessoas. “A composição, por ser baseada em bloqueios e exclusões, nunca é plenamente alcançada, é constantemente ameaçada, abalada, despedaçada”. (THOMSON, 1995: 58).

No que diz respeito às memórias de guerra, podemos perceber histórias que a todo tempo são relembradas e retrabalhadas. Muitas impressões não são as que os mesmos ex-combatentes tinham durante o período de guerra, mas, sim, uma adaptação deste passado a um presente com o qual eles possam conviver.

Assim, as omissões ou exaltações servirão para entender o que um episódio representou para aqueles que foram diretamente relacionados e mais afetados por ele. Em outras palavras, as narrativas de guerra constituem histórias dos homens que fizeram a guerra, da guerra que esses homens fizeram, e do que a guerra fez desses homens (HYNES, 1998: 283-285).

### **A guerra como ela é, ou o avesso do heroísmo de salão**

Esses homens que estão na frente não pretendem ser bichos sobrenaturais, nem pensam em derrotar os nazistas a gritos ou a pelego. Eles lutam. Não são muitos, mas lutam, e lutam honradamente, lutam direito, lutam dia e noite, ao frio, à chuva, uma luta penosa. Não precisam que ninguém aqui ou aí exagere o que fazem, em tralalás patrioteiros. Eles não são monstros: são lavradores, trabalhadores de vários ofícios, estudantes, moços de escritório, simples filhos-de-família, são rapazes brasileiros que foram mandados para aqui ou vieram como voluntários. E eles dão conta do recado. (Rubem Braga)

O jovem Massaki Udihara foi o primeiro descendente de japoneses a formar-se médico, em 1939, pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Quando estudante universitário havia feito o Curso de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR). Depois de quatro anos de formado, Udihara foi convocado para a guerra. Tentou ser destacado para o Serviço Médico da FEB, dada a sua formação, mas foi-lhe



recusada a transferência, sob a alegação de que estaria tentando fugir das obrigações militares. Assim, como se no Brasil sobrassem médicos, Udihara foi colocado na Infantaria e lá lutou até o final da guerra. Foi o primeiro dos episódios de irracionalidade, ignorância e incompetência das autoridades militares brasileiras, que seriam alvo de ácidas críticas de Udihara, nos meses seguintes.

Durante o período em que ficou aquartelado e mobilizado para a guerra, Udihara iniciou um diário. Desde suas primeiras páginas percebem-se em suas observações, impressões e julgamentos, a tensão e revolta. Escrever para ele era, segundo suas palavras, uma forma de manter-se vivo, desabafar suas mágoas e viver o longo tempo em que passava ocioso na guerra. Portanto, este diário, inicialmente, não fora escrito com a finalidade de, um dia, ser utilizado por historiadores ou meros admiradores da Segunda Guerra Mundial, e sim como meio de manutenção da racionalidade em um ambiente irracional, de preservação dos sentidos e conseqüências de pensamentos e ações, em uma época de dissolução dos valores éticos e morais.

O diário de Udihara, publicado anos após sua morte, com autorização de sua família, com o título *Um médico brasileiro no front □ o Diário de Massaki Udihara na II Guerra Mundial*, traz consigo as impressões do médico convertido em infante sobre a guerra e também, lateralmente, sobre a vida política nacional.

Primeiramente sua situação de infante o indignava, pois era médico e sua ajuda poderia estar sendo mais necessária no batalhão da saúde. Mas essa situação não indignava somente ele, mas também alguns norte-americanos. Até os próprios chefes brasileiros pareciam demonstrar certo constrangimento com a situação, tanto que muitas vezes Udihara servia como intérprete ou ficava responsável pelo abastecimento de alimentos e munição da tropa, ao invés de expor-se na frente de batalha.

Algo fortemente destacado por Udihara, e que caracteriza boa parte da sua narração, são as ordens e contra-ordens, geralmente levianas e pouco informadas sobre o inimigo, originadas de seus chefes, que as expediam, mas não saíam de seus gabinetes. Estes, segundo o autor, não vivenciavam verdadeiramente o lado cruel de uma guerra, tampouco tinham planejamento ou organização. Quando algo dava errado, a culpa recaía sempre nos soldados e em seus comandantes diretos (oficiais subalternos). E ainda sua incompetência e irresponsabilidade eram premiadas, com

condecorações que beneficiavam os que mandavam fazer, mas ignoravam os que realmente faziam a guerra.

O médico feito tenente de infantaria relata ainda a ganância, o egoísmo, o falso patriotismo dos seus chefes, que apenas pensavam na exaltação própria e sacrificavam os menos favorecidos. Os chefes impunham suas vontades aos soldados, fazendo-os agir e pensar segundo seus critérios: “(...) padrão de glória, valor e arrojo, capacidade, proficiência dos nossos chefes, contará a história. Triste ironia que nem os fatos conseguirão desmentir” (UDIHARA, 2004: 298).

Circunstância que gerava grande revolta no autor era ter que presenciar as condições precárias às quais os soldados estavam submetidos. Enquanto os norte-americanos usufruíam de grande suporte material (armas, roupas, alimentos, alojamentos,...) os soldados brasileiros eram expostos a situações de grande precariedade:

Não nos dão descanso. Oportunidade de tomar banho. Roupas não há. Os americanos têm unidades de banho onde o indivíduo deixa todas as suas roupas sujas e recebe outras limpas na saída. Assim é possível. Nós não. Nem querendo se pode andar limpo. Mas só querem e tornam a responsabilizar os soldados e seus comandantes diretos. É bem mais fácil e do jeito deles. (...) Para se receber um calçado novo, exige-se o velho. Por isso é que há muita gente sem calçado. Andando só com as galochas (UDIHARA, 2004: 302)

A realidade econômica brasileira contrastava com a dos demais aliados. Os militares brasileiros nunca haviam visto tamanha abundância de recursos mobilizados para uma guerra. “Meu Deus! Essa é uma guerra de ricos”, assombrava-se o general comandante da FEB, Mascarenhas de Moraes (MAXIMIANO, 1995: 19). Udihara comenta, admirado, “o espírito de organização e compreensão exata das necessidades e do valor dos gastos necessários sem receio e economia. Gastam. Gastam de nos assustar, acostumados como estamos a um regime de economia absoluta. Nesse ponto não admira o estado de suas tropas. Há fartura em tudo” (UDIHARA, 2004: 56).

Mas o médico-infante não se conformava com a constatação da diferença de desenvolvimento econômico entre os dois países como justificativa para as mazelas da FEB. Para ele, a diferença estava na forma como a elite do país, representada de maneira inequívoca pelos seus oficiais da ativa, arrogava para si os privilégios, honras e facilidades, deixando para o resto da população (os soldados) as más condições, a má-

vontade, o paternalismo nostálgico dos sinhozinhos de escravos. E para os que se revoltavam contra essas condições, a costumeira violência prepotente, outra característica indelével dos oficiais, segundo o autor. (UDIHARA, 2004: 81)

Não deveria haver esperança de que se soubesse, no Brasil, o que realmente estavam passando os expedicionários. Ao se deparar com algum artigo vindo do Brasil sobre a situação brasileira em combate, nunca se encontrava a verdade. A precária situação dos soldados era mostrada oficialmente de forma totalmente deturpada. Udihara ficava indignado com essa forma de, a seu ver, manipular o povo brasileiro, que acreditava que os pracinhas gozavam de grande conforto e apoio dos Estados Unidos enquanto lutavam para restabelecer a democracia mundial: “(...) é assim que são tratados os expedicionários que, segundo os jornais e os comunicados, têm e recebem tudo em abundância. No dia que se souber que há gente quase descalça, esfarrapada, começarão a ter idéia do que foi essa odisséia”. (UDIHARA, 2004: 354)

Quando se fala em guerra, pensa-se logo em batalhas sangrentas, sem fim. O contrário disso nos demonstra Udihara, não em contradição à violência encontrada nos campos de batalha, mas em relação às lutas intermináveis. Na verdade, passa-se mais tempo em espera do que propriamente em combate direto com o inimigo. Esta situação, porém, não é nada agradável, pois o clima de tensão torna-se permanente no ar, e até o mais normal dos homens vive, em tais circunstâncias, momentos terríveis de pânico. A expectativa de novos bombardeios cria um clima de real “espera pelo pior”. Portanto, sua jornada em território italiano, como a de todos os soldados brasileiros, foi marcada por estas longas esperas e pelos deslocamentos sob o fogo dos alemães, sob tensão permanente.

A noite, para Udihara, representa nesta situação algo absolutamente terrível. Todos a temem, pois ela traz elementos que contribuem para a imaginação prever o pior.

A Noite na frente, próximo ao inimigo, é algo assustador. Fica-se com uma impressão de receio permanente. Todos assustados, com um temor imprevisto que a noite, com a escuridão, poderá trazer. Um medo quase que incoercível, pois não se pode prever nem pressupor nada ao certo.(...) Duvido que alguém seja capaz de resistir muito tempo sem entrar nesse estado de nervos, em que qualquer fato será suficiente para desencadear um ataque tal de nervosismo que nada conseguirá dominar.(UDIHARA, 2004: 163)

O que realmente o motivava a voltar vivo para o Brasil era o fato de reencontrar sua noiva Maria. Para ela, o jovem médico escrevia muitas cartas. No entanto, revoltava-se com as cartas recebidas, pois além de demorarem a chegar, pois o sistema de correio era de péssima qualidade, havia trechos cortados pela censura do Brasil<sup>3</sup>.

Rubem Braga, correspondente de guerra do *Diário Carioca*, narra que, além de sofrer as censuras já previstas por uma guerra, também foi objeto da censura do Estado Novo, tendo, dessa maneira, seu material escrito na Itália, muito limitado e sem narrações precisas. Ele diz, em nota da sua obra *Com a FEB na Itália - Crônicas*, que escrevera vinte páginas sobre o ataque ao Monte Castelo em 25/11/1944, mas elas nunca chegaram à redação do jornal. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão do Estado Novo para divulgar e controlar as notícias relativas ao governo, freara o fluxo de informações do *front*, pois o ataque fora malsucedido e os nomes de muitos oficiais brasileiros, relacionados com as falhas operacionais. (BRAGA, 1945)

Mesmo com todas as restrições às informações, Braga insistia em registrar o sofrimento dos soldados brasileiros e, a todo o momento, ressaltava sua coragem diante do frio, da neve e dos soldados alemães. E fazia um apelo: “Que a luta dele não seja o lucro deste ou daquele... (1945, p. 91)”. Em outro momento, ao ver uma criança ferida por estilhaços em um hospital, desabafava: “É preciso acabar com isso e acabar com os homens que começaram isso e com tudo o que causa isso □ o sistema idiota e bárbaro de vida social onde um grupo de privilegiados começa a matar quando não tem outro meio de roubar”. (1945: 167)

Quando acabou a guerra, já não havia mais muita energia para entusiasmo. No dia 3 de maio, Udihara registrou:

Ouvi pela manhã no rádio. Ao que parece, já havia sido anunciado na manhã anterior. Rendição incondicional de todas as tropas na Itália. Com isso está a guerra terminada para nós. Pensei fosse sentir mais alegria e fosse ver explosões de contentamento. Nada disso. Tomado tão naturalmente, que não se notaria que o fato tivesse se dado. É a indiferença que se sobrepôs a tudo, fazendo até desaparecer a alegria. Agora, só há o desejo de voltar o mais depressa possível. (UDIHARA, 2004: 336)

---

<sup>3</sup> A censura à correspondência dos combatentes era comum a todos os exércitos em ação. Dados banais sobre lugares de estacionamento, ânimo das tropas, discordâncias com superiores ou subalternos, poderiam ser capturados por inimigos e utilizados como fonte de informação. Por outro lado, informações da população não-combatente poderiam também causar problemas aos que estavam no *front*. No entanto, foi comum a censura de informações banais, de cunho familiar, consideradas pelo censor de plantão como “perigosas”.

extrema revolta e indignação podemos encontrar, também, no relato do soldado Leonércio Soares, que em seu livro *Verdades e Vergonhas da Força Expedicionária Brasileira* (1984), retrata de forma minuciosa episódios de combates, sofrimentos e contradições aos quais os soldados brasileiros estiveram expostos.

Escrevendo ainda durante o regime militar implantado no Brasil em 1964, Soares teve o cuidado de evitar reações mais perigosas de autoridades e órgãos de repressão, atribuindo pseudônimos aos personagens reais. Esses pseudônimos, contudo, eram propositalmente parecidos com os nomes reais. Assim, o major Jacy transformou-se em major Juacir; o sargento Max Wolff teve seu nome convertido em Max Rolff; o capitão João Tarcísio Bueno virou capitão Jotarbe, um acrônimo de seu nome. O próprio Leonércio Soares tratou de não nomear-se diretamente. Narrando na terceira pessoa, procurou evitar sua identificação. Para o leitor atento, contudo, as impressões e idéias, bem como a trajetória do autor durante o combate é a do personagem do sargento Brígido, um dos poucos pseudônimos distantes citados.

Desde o início, quando retrata as dificuldades de ex-combatentes para conseguir emprego, o livro de Soares é amargo e crítico. Ao referir-se à convocação para a guerra, quando a propaganda oficial mostrava sempre o grande 'patriotismo e entusiasmo' com que os jovens recebiam a notícia de convocação, Soares contradiz essa idéia, afirmando que a maioria dos "bem-nascidos" conseguiu escapar de combater na guerra, fazendo uso de pressões de políticos e conhecidos das autoridades militares locais. Somente os mais pobres e sem "conhecidos" influentes é que não puderam escapar da convocação, seleção e envio para a frente de combate. Para esses, restava tentar fugir do destino fazendo uso de expedientes inusitados: muitos dos que eram convocados mantinham relações sexuais com mulheres doentes ou faziam os mais criativos expedientes para simulares doenças venéreas ou enfermidades psicológicas, de modo a serem reprovados no exame médico e assim evitarem a participação na guerra. Contudo, acrescenta Soares, muitos que usaram tais subterfúgios não tiveram sucesso, pois as comissões médicas concebiam como fingimento muitas das enfermidades apresentadas – mesmo aquelas que eram verdadeiras. Assim, jovens realmente doentes foram aprovados e embarcados para a Itália, e lá manifestaram inequivocamente suas enfermidades, ocupando leitos em hospitais destinados aos baixados em combate.

No que diz respeito ao alto oficialato, Soares comenta que eram divorciados das práticas militares, acostumados que estavam aos gabinetes. Tinham muitas teorias, mas pouca ou nenhuma prática. E pior, eram militares que ainda possuíam a mentalidade de superioridade diante dos demais civis. E como a FEB foi composta por civis, extraídos em sua maioria nas classes trabalhadoras urbanas e rurais, o sentimento de poder sobre estes agravava-se ainda mais.

A ajuda norte-americana, que sempre foi exaltada na maioria das memórias oficiais, é bastante questionada na narrativa de Soares. O material de combate demorou muito para chegar e, quando chegou, sua qualidade, segundo Soares, era inferior às das armas alemãs. Os brasileiros recebiam, também, comida, uniformes e equipamentos, o que levava Soares a afirmar que o Brasil contraía dívidas para com seu aliado rico.

A convivência com o exército norte-americano, porém, chamava a atenção de Soares para outra coisa: as relações entre oficiais e tropas eram diferentes daquelas que travavam os oficiais brasileiros com seus praças (soldados, cabos, sargentos, subtenentes). Já no navio-transporte essa diferença se salientava, pois a eficiência da organização e limpeza não dependia da virulência das ordens dos oficiais, mas da compreensão comum de que o melhor era cada um fazer sua bem sua parte. Quando chegaram à Itália, ocorreu um episódio significativo: na hora da refeição os oficiais brasileiros procuraram a cantina dos oficiais. Eles estavam acostumados com a separação radical entre oficiais e praças, na qual os melhores lugares, alojamentos, refeições, uniformes, conduções e rotina eram reservados exclusivamente para os oficiais, que mantinham o caráter distintivo de uma nobreza de sangue, como se fosse uma superioridade imanente, e não constituída através da diferenciação de oportunidades e recursos. Para sua decepção, não havia na Itália refeitório separado: oficiais superiores comiam da mesma comida que os praças, servida na mesma marmita e era necessário esperar pacientemente na mesma fila para ser servido, submetidos ainda ao mau humor do cozinheiro norte-americano que os serviam, atento para que ninguém “furasse” a fila. Sua exasperação só aumentava o contraste entre os dois exércitos, o “de Caxias” e o “da FEB” □ o primeiro, representando aquele que haviam deixado no Brasil, e o segundo, aquele ao qual teriam de se acostumar.

Mesmo vendo o que viam, para eles – oficiais brasileiros □, posicionados, superiormente, por força da rígida e tacanha estratificação de exército, à qual se habituaram, muito difícil ser-lhes-ia aceitar aquela imponderável mudança de

normas; aquela nova situação e realidade a que se lhes impunham, pareciam totalmente inaceitáveis e descabidas, malgrado todas as conjunturas da guerra. O fato de terem de entrar em filas, misturados e até mesmo na retaguarda de praças, de marmita em punho, para receber comida, causava-lhes humilhação maior e os diminuía mais que a própria grosseria e estupidez do cozinheiro americano. (SOARES, 1984: 33)

Na verdade, essa diferença entre os exércitos foi percebida por praças e oficiais, e não queria dizer um exército igualitário, mas apenas que, ao invés de demonstrações inúteis e perigosas de superioridade hierárquica (havia atiradores de elite inimigos, esperando por tais sinais para alvejar oficiais), os combatentes das linhas de frente reconheciam a superioridade de bravura e liderança, elementos muito mais importantes em combates reais do que ritualizações de obediência. Isso fazia um exército mais eficiente, e não menos “militar”. Segundo um tenente da reserva da FEB,

Uma das coisas por que os praças em geral tinham mais antipatia, era o rigor disciplinar que os divorciava dos oficiais. Já não me refiro à diversificação dos ranchos, alojamentos, dos chamados “círculos”, mas à maneira de falar, à rigidez das atitudes e principalmente à continência em toda parte, a cada canto, a todo momento, mesmo na rua. (...) Na Itália, começaram todos a imitar o norte-americano, em cujo exército não existem estas exigências, pelo menos na prática. Na rua, vi cruzarem-se oficiais e soldados cada um para seu lado, sem se saudarem a todo o momento. Na fila do teatro ou cinema, a vez era do primeiro que chegasse. Nos ônibus e transportes, o lugar era de quem o encontrasse vazio. Isto, a princípio, me deu a impressão de que os norte-americanos eram “apaianados”. Mas é um engano. Quando o soldado, sargento ou oficial tem de se dirigir a um oficial superior ou se é por este interpelado para uma consulta, uma informação qualquer, em plena rua, perfila-se, faz continência com vigor militar, numa atitude correta e respeitosa como um cidadão educado trata em público um desconhecido. Vi-os, também, nos quartéis, quando se dirigem a um superior. Em serviço, o soldado americano é “mil por cento” soldado (ANDRADE, 1949: 367-368).

Segundo Soares (1984: 149-153), um oficial brasileiro foi reclamar do serviço de Intendência norte-americano por ter fornecido as melhores roupas de frio também para os praças brasileiros, e não apenas para os oficiais. Foi humilhanamente repreendido pelo coronel americano comandante do Serviço de Intendência, que lhe disse que, se havia alguém que merecia as melhores roupas de frio, este seria o soldado combatente, que ficava ao relento, e não os oficiais que ficavam abrigados confortavelmente em seus postos de comando.

Isso não quer dizer que os oficiais brasileiros fossem convertidos facilmente para outro sistema militar. Durante toda a guerra alguns oficiais se esforçavam ao máximo para recuperar as práticas militares que lhes eram familiares no Brasil. Algumas dessas práticas redundaram em baixas trágicas de combatentes e evidenciaram, segundo

Soares, não apenas a incompetência militar de certos comandos, mas sobretudo a visão que esses oficiais possuíam dos comandados como homens descartáveis, a obedecer sem questionar ordens temerárias e suicidas. Um dos casos mais fortes das memórias de Soares é o episódio da morte do capitão João Tarcísio Bueno.

Em 12 de dezembro de dezembro de 1944, em uma das incursões fracassadas da FEB a Monte Castelo, o capitão João Tarcísio Bueno (“Jotarbe”, no livro de Leonércio Soares) foi mortalmente atingido em frente às posições alemãs. O major Jacy (“Juacir”) chamou um soldado e, mesmo sendo flagrante que seria suicídio buscar o corpo do capitão em terreno dominado pelas armas alemãs, ordenou que este o fizesse:

A preocupação maior do comando, sobretudo do major Juacir, não era quanto ao sofrimento dos que estavam tombados na frente, mas quanto à sorte do capitão Jotarbe (...).

Saindo do observatório, o major viu um soldado que acabava de chegar, retraindo-se. Vinha, como todos os que vinham daqueles mundos infernais; exausto, imundo, transfigurado. Um tanto aéreo. Um tanto zozzo pelas explosões de tantas bombas; pelo estalido de tantas balas rente ao corpo. Também cambaleava. Também tropeçava. O major, exteriorizando fingida camaradagem, chamou-o:

- Soldado! ... Venha comigo. Vamos ao observatório.

Não desconfiando do que se tratava, o soldado acompanhou-o. Postados no observatório, o major Juacir mostrou, determinando:

- Lá está o capitão Jotarbe, caído. É o da frente. Vá buscá-lo!

Uma expressão de horror e espanto moveu todos os músculos da cara suja do soldado, articulando, simplesmente:

- Major?!...

Percebendo a terrível indecisão do soldado, o major atalhou rápido, convincente e autoritário:

- É uma ordem! E não há perigo. Você vai desarmado e como vai buscar feridos, eles não atiram. Ainda há pouco retornou um de lá! Vá!!! E me traga o capitão!...

Tonto, atordoado, esmagado pela canseira daquele dia cruel, faminto e sedento, pensando em se livrar logo de tudo aquilo, sem atinar sobre o que iria fazer, o soldado obedeceu. Partiu. O major seguiu-o, em seus deslocamentos, através do binóculo, acomodado no observatório. Olhava e assistia. E olhando e assistindo, viu quando, a uns cinqüenta metros antes de alcançar o corpo do capitão, o soldado foi alcançado pelos tiros. Rolou e rolado ficou, sem se mexer mais.

Era um soldado anônimo. Era um soldado sem nome, “não identificado”, como o próprio major registrou □ e registrou toda a enormidade - na sua “Parte de Combate”. Para ele, no seu maldoso e irresponsável entendimento, agira bem, corretamente, como um major deve agir. A vida do soldado pouco ou nada valia; pouco ou nada importava. O importante era resgatar o corpo do capitão. (SOARES, 1984: 120-121)<sup>4</sup>

Soares, assim, relata um episódio que, na Parte de Combate, relatório oficial dos acontecimentos da frente, é contado de maneira bem diferente: o soldado teria sido

<sup>4</sup> Na tese de doutorado de César Campiani Maximiano é possível encontrar a comparação das versões “oficiais” e da de Leonércio Soares. Segundo Maximiano, o chefe de Estado-Maior da FEB, Coronel Lima Brayner, em um de seus livros de memórias, *Recordando os bravos*, afirma ter presenciado o seguinte diálogo entre o comandante de infantaria, general Zenóbio da Costa e o ordenança do capitão Bueno: “*Negro covarde! Você sabe onde está seu capitão mas não tem coragem de ir até lá*”. (MAXIMIANO, 2004: 82 e segs).



“voluntário”, e não praticamente obrigado a desempenhar a missão obviamente fadada à trágica morte.

O livro é encerrado com relatos da dramática reintegração social de vários veteranos da FEB, muitos deles condenados à mendicância. Para Soares, quem não acreditava na capacidade dos cidadãos-soldados brasileiros combaterem era sua própria elite, da qual fazia parte o oficialato do exército regular. E depois de passarem por todas as provas de bravura e tenacidade, mesmo contra um exército inimigo poderoso e tendo como superiores oficiais incompetentes e levianos, venceram uma guerra difícil. Mas seu sacrifício fora esquecido e servia apenas para enaltecer a instituição militar, cuja maioria de jovens oficiais arrumara um “jeitinho” de não ir à guerra:

Onde andariam os tenentes de carreira? Onde andariam os tenentes filhos de generais e de pessoas influentes, hoje personagens influentes na política, na administração, importantes, severos e que mandam? As retumbantes figuras que hoje ocupam as proeminências da vida pública do País ou se deleitam e enriquecem nas diretorias de estatais, das fundações, das empresas de economia mista, faziam o quê? Todos os que hoje bufam grosso – onde os canhões inimigos não bufam – encontravam-se aonde? Onde andaria a matilha de aproveitadores famintos e insaciáveis que, hoje, aos quatro ventos, ulula o seu amor à Pátria? Eram jovens e fugiam todos eles, acovardados, do inferno da guerra! (SOARES, 1984: 285).

### **Considerações Finais**

Neste artigo, procurou-se analisar duas narrativas, de autoria de dois expedicionários da FEB, que destoam de maioria da produção memorialística da participação brasileira no conflito. Foram escolhidas não porque continham críticas pesadas contra a instituição militar brasileira, mas sim porque se distanciavam dos conteúdos pitorescos e curiosos, de um lado, ou laudatórios e gloriosos, de outro, o que pode proporcionar outras possibilidades de leitura das memórias febianas, mais próximas das experiências de combate e resistência dos combatentes. Uma história mais humanizada, sem as preocupações com a preservação de imagens institucionais. Ou, como proposto no início deste trabalho, compreender que guerra homens como Udihara e Soares fizeram, o que fizeram na guerra e o que a guerra fez a eles e àqueles outros descritos por suas narrativas.

## Bibliografia

- ANDRADE, José Góes de. Espírito da FEB e Espírito de Caxias. In: *Depoimento dos Oficiais de Reserva sobre a FEB*. São Paulo: s. ed., 1949, pp. 367-368.
- BRAGA, Rubem. *Com a FEB na Itália - Crônicas*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1945.
- Depoimento dos Oficiais de Reserva sobre a FEB*. São Paulo: s. ed., 1949.
- FERRAZ, Francisco César Alves. *A Guerra que não acabou*. A reintegração social dos veteranos da Forças Expedicionária Brasileira. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2003.
- HYNES, Samuel. Personal narratives and commemoration. In: WINTER, Jay; SIVAN, Emmanuel (eds.). *War and remembrance in the Twentieth Century*. London: Cambridge University Press, 1999.
- \_\_\_\_\_. *The Soldier's Tale: Bearing Witness to Modern War*. New York, Penguin Books, 1998.
- MAXIMIANO, César Campiani. *Onde estão nossos heróis*. Santuário: São Paulo, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Trincheiras da Memória*. Brasileiros na Campanha da Itália, 1944-1945. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2004.
- SMALLMAN, Shawn. The official story: the violent censorship of Brazilian veterans, 1945-1954. *Hispanic American Historical Review*. Vol. 78, Nº 2, 1998.
- SOARES, Leonércio. *Verdades e Vergonhas da Força Expedicionária Brasileira*. Curitiba: Edição do Autor, 1984.
- THOMSON, Alistair. *Anzac Memories: Living with the Legend*. Melbourne: Oxford University Press, 1994.
- \_\_\_\_\_. Memory as a battlefield: personal and political investments in the national military past. *Oral History Review*. Vol. 22, Nº 2, winter, 1995.
- UDIHARA, Massaki. *Um médico brasileiro no front: o diário de Massaki Udihara na II Guerra Mundial*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2004.